

Mulheres e Participação Política no Cabo Verde Democrático

Suzano Costa

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Resumo

O presente artigo visa, com recurso ao universo teórico e ao referencial metodológico da ciência política, perscrutar a evolução, as mudanças e eventuais (des) continuidades na representação política no Cabo Verde democrático e inventariar um conjunto de soluções institucionais susceptíveis de promover uma maior participação política das mulheres no arquipélago e de corrigir eventuais distorções no sistema de representação política. Advogamos, neste exercício teórico, que para a institucionalização de uma verdadeira estratégia de promoção de igualdade de oportunidades no campo político cabo-verdiano, importa, com efeito, desconstruir analiticamente as lógicas patriarcais e falocráticas obtusas de “dominação masculina”, o discurso legitimador que diaboliza, por um lado, **as quotas e uma lei de paridade**, mas essencializa e reifica, por outro lado, a meritocracia como (se fosse) prerrogativa exclusivamente masculina.

Palavras-Chave: participação e representação política, recrutamento partidário, democracia paritária, quotas.

Abstract

This paper aims, using the theoretical universe and the methodological framework of political science, scrutinizing the evolution, changes and any discontinuities in political representation in democratic Cape Verde and identify a set of institutional solutions that foster women’s political participation in the archipelago and to correct any distortions in the system of political representation. We advocate in this theoretical exercise that for the institutionalization of a real strategy to promote equal opportunities in the capeverdean political field, it’s crucial to deconstruct analytically the patriarchal and phallogocratic logics of “male domination”, the legitimizing discourse that demonize quotas and a parity law, but essentializes and reifies the meritocracy as exclusively male prerogative.

Keywords: representation, political participation, party recruitment, parity democracy, quotas.

Para citar este trabalho / To quote this paper:

[Costa, Suzano (2011), “Mulheres e Participação Política no Cabo Verde Democrático”, in Carmelita Fonseca & Celeste Fortes (Org.), *As Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas*, Praia: Edições da UNICV].

Introdução

O presente artigo visa, com recurso ao universo teórico e ao referencial metodológico da ciência política, perscrutar a evolução, as mudanças e eventuais (des) continuidades na representação política no Cabo Verde democrático (Meyns, 2002; Évora, 2005; Baker, 2006) e inventariar um conjunto de soluções institucionais (Norris & Lovenduski, 1995: Burrell, 2004; Conway, 2005) susceptíveis de promover uma maior participação política das mulheres no arquipélago (Monteiro, 2009; Gomes, 2011; Costa, 2010) e de corrigir eventuais distorções no sistema de representação política, num país de mulheres mas governado por homens (Évora, 2011), e onde o poder político continua a ser um espaço masculino e masculinizado (Monteiro, 2009).

Uma profusão de estudos consagrados às instituições políticas comparadas e à analítica dos padrões de recrutamento das elites políticas e administrativas têm advogado, tanto numa perspectiva longitudinal como comparativa, que uma verdadeira estratégia de igualdade de oportunidades (Verba, 1987) e de reforço da qualidade da democracia (O'Donnell, Cullell & Iazzetta, 2004) passa por um processo de recrutamento político (Norris & Lovenduski, 1995) ancorado em três (3) tipologias de incentivo institucional – (i) as estratégias retóricas, (ii) as políticas de incentivo à igualdade de oportunidades e os (iii) mecanismos de discriminação positiva e de acção afirmativa (quotas, leis de paridade) – passíveis de serem introduzidas tanto no interior da estrutura dos partidos políticos e no alinhamento das suas listas eleitorais como nas fileiras de recrutamento político, administrativo e ministerial.

As teorias explicativas da participação e do activismo político (Norris, 2002) advogam que a adopção de determinadas formas de participação política (convencional ou não convencional) e as variações no seu grau de intensidade dependem da visão normativa de democracia existente, dos padrões de modernização societal e cultural (Lipset, 1959, 1960; Inglehart, 1990; 2005), dos incentivos à mobilização política (materiais, simbólicos ou ideológicos), dos factores institucionais (sistema eleitoral, sistema partidário, tipo de eleições etc.) e do nível de desenvolvimento sócio-económico das sociedades.

Além de testar o sentido e alcance das supracitadas motivações à participação política das mulheres em Cabo Verde pretendemos, ainda, perscrutar as explicações teóricas e identificar algumas condicionantes empíricas ao activismo político feminino (Afshar, 1996) – não comumente privilegiadas pela análise politológica ocidental – tais como a maternidade, o casamento e a domesticidade, que não só definham (i) as estruturas de oportunidades políticas (Tarrow, 1994, 1996) das mulheres como reforçam (ii) o *gender gap* (Norris, 1999) e a (iii) persistência do complexo “tecto de vidro” (*glass ceiling*¹) na ocupação do campo político e no acesso aos cargos de topo e intermédios da hierarquia funcional das instituições.

Advogamos, com efeito, que para a institucionalização de uma estratégia de promoção de igualdade de oportunidades (Beitz, 1989) no campo político cabo-verdiano, importa, contudo, desconstruir analiticamente as lógicas patriarcais e falocráticas de dominação masculina (Bourdieu, 1998), o discurso legitimador (Maltez, 1996) que diaboliza, por um lado, as quotas e uma lei de paridade, mas essencializa e reifica, por outro lado, a meritocracia como (se fosse) prerrogativa exclusivamente masculina.

Enquadrado, ainda, numa proposta epistemológica que intenta desconstruir o discurso legitimador e a retórica discursiva dos actores políticos, pretendemos demonstrar que a

¹ Expressão cunhada no inglês para descrever situações nas quais a progressão de uma pessoa altamente qualificada na hierarquia funcional das organizações é obstaculizada, e nivelada por baixo, por atitudes discriminatórias como sejam o sexismo, o racismo, a homofobia etc.

paritária composição do elenco governamental cabo-verdiano constitui um argumento sociologicamente enganador (Costa, 2010: 23) – com diminuta significância estatística e não representativa da realidade sócio-política nacional – porquanto os mecanismos de recrutamento ministerial decorrem de um processo de nomeação política, por oposição aos cargos de eleição directa (eg. Assembleia Nacional, Autarquias Locais) nos quais o deficit de representação política das mulheres é bastante acentuado. Paradoxalmente, mesmo nos cargos de topo da hierarquia diplomática que resultam, à semelhança do recrutamento ministerial, de um processo de nomeação, verificamos uma notável sub-representação política das mulheres. A excepção confirma a regra.

Em suma, importa combater a persistência das disparidades abismais e das práticas de discriminação negativa em função do género em Cabo Verde: (i) na *esfera política* não se vislumbram soluções institucionais de incentivo à participação política das mulheres porque são notórios os desequilíbrios e as distorções no que tange à sua representação política nos órgãos electivos; (ii) na *esfera económica*, a persistência do complexo “tecto de vidro” no mundo do trabalho e no panorama empresarial condicionam as determinantes do empreendedorismo feminino; e, por último, na *esfera social*, abundam estereótipos, lógicas patriarcais, práticas de “coisificação” das mulheres, violências com base no género e outras formas de subalternização social das mulheres, como sejam a saliência da sua exótica beleza e seu *sex appeal* (Costa, 2010).

Mulheres, Participação Política e Democratização em África

Os processos de democratização e de liberalização política em África caracterizam-se por uma heterogeneidade sem precedentes (Bratton & Walle, 1997; Macuane, 2000) e se enquadram temporalmente na convencionada 3ª vaga de democratização (Huntington, 1991), pese embora impulsionados, não pelo cumprimento dos pré-requisitos sociais e económicos da democracia (Lipset, 1959, 1960; Rueschemeyer, 1992) e pelas teorias da modernização política (Huntington, 1966; Lipset, 1960; Apter, 1965; Eisenstadt, 1991), mas por mutações políticas ocorridas à escala internacional, mormente a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, o que postula a determinância dos factores internacionais nos processos de democratização política (Whitehead, 2001).

A “terceira vaga de democratização” popularizada por Samuel P. Huntington (1991) possibilitou a emergência de vários ensaios de conceptualização teórica e empírica sobre o fenómeno da abertura política e a transição democrática nos países do Terceiro Mundo (Diamond, Linz & Lipset, 1988; 1995), e a proliferação de estudos seminais sobre os mecanismos de liberalização política e de democratização em África (Bratton & Walle, 1997; Diamond & Plattner, 1999; Reynolds, 1999; Ihonvbere & Mbaku, 2003). O ressurgimento global da democracia (Diamond & Plattner, 1996) e este fenómeno de “globalização democrática” (Magalhães, 2008) teve implicações no enriquecimento dos estudos sobre a democratização porquanto permitiu, por um lado, a (i) comparação de países com realidades políticas, históricas, sociais e económicas distintas (Schmitter & O’Donnell, 1986) mas, por outro lado, (ii) esta “ambição comparativa global” (Dalton, 1998) desafiou as fronteiras epistemológicas do conceito de democracia (Costa, 2011), bem como o sentido e o alcance da sua operacionalização em determinados contextos sócio-políticos (Lijphart, 1999).

A literatura especializada sobre os estudos prosopográficos e a caracterização sócio-gráfica das elites políticas (Putnam, 1976; Higley, 1995; Blondel, 2007; Etzioni-Halevy, 1997) demonstra que a perspectiva do género tem ocupado uma posição relativamente subalterna (Norris & Lovenduski, 1995), e que as considerações, até então, veiculadas

têm sido mais normativas e filosóficas (Hill, 2003) do que centradas na reivindicação de políticas públicas concretas e soluções institucionais de incentivo à participação política das mulheres e da sua ocupação efectiva do campo político.

Algumas perspectivas feministas sobre o processo democratização política no Terceiro Mundo (Pankhurst & Pearce, 1996) advogam que para uma compreensão matizada dos processos de mudança política importa contemplar a variável género na sua complexa articulação com os processos sóciohistóricos de marginalização política desencadeados em função da classe, género e etnicidade. Acrescentam, ainda, que “*feminist analytical perspectives cannot view democratisation as an unproblematic concept and must take into account the variety of ways in which politics in the Third World works through, or in reaction against, the exclusion or marginalisation of socially diverse sections of the population, including, but not limited to, women*” (Afshar, 1996: 2).

A proliferação de um universo multifacetado de estudos consagrados à compreensão do papel das mulheres nos processos de mudança de regime e na transição política do mono-partidarismo para a democracia multipartidária – com particular incidência para os países da América Latina (Jaquette, 1989; Alvarez, 1990) e da África Subsaariana (Abdullah, 1993; Liatto-Katundo, 1993) – tem patrocinado um intenso *lobby* político de (i) reconhecimento do contributo político das mulheres, e a sua (ii) afirmação na esfera pública, como pressupostos basilares do processo de desenvolvimento das nações. No entanto, autores na esteira de Pankhurst e Pearce (1996) argumentam, criticamente, que tal literatura peca pela excessiva centralidade na marginalização política das mulheres negligenciando outras variáveis (além do género) objecto de exclusão e marginalização política como sejam a classe social e a etnicidade. Segmentos socialmente vulneráveis como os iletrados, minorias étnicas, camponeses pobres e populações urbanas pobres permanecem, muitas vezes, à margem dos processos políticos e vulneráveis às lógicas clientelares (Piattoni, 2001) e/ou de patronagem política (O’Dwyer, 2006), embora lhes sejam formalmente reconhecidos capacidade eleitoral passiva e activa.

Ancorado na teorização a propósito do impacto dos factores internacionais no processo de democratização política (Whitehead, 2001) – contágio, controlo e consentimento –, Pankhurst e Pearce (1996) advogam que a maioria das transições de regime autoritário para a democracia política, nos países do Terceiro Mundo, bem como as reivindicações para a garantia dos direitos de participação política e a extensão do sufrágio eleitoral (mulheres) decorreram de pressões externas e dos instrumentos de condicionalidade política (Smith, 1998) introduzidos por determinadas instituições políticas multilaterais e agências internacionais de desenvolvimento. Reconhecem, ainda, que paralelamente aos mecanismos de activação *top-down*, os factores domésticos (Schmitter & O’Donnell, 1986; Bratton & Walle, 1997) e as lógicas de mobilização política *bottom-up* (Marques & Santos, 2004) foram decisivos nos processos de mudança política, na salvaguarda dos direitos humanos e na extensão dos direitos cívicos, mormente a liberdade associativa e de imprensa.

Contudo, e à semelhança do sucedido em outros contextos políticos/regionais (Linz & Stepan, 1978), muitos dos países africanos vivenciaram experiências de queda e colapso (regressões parciais ou totais) de regimes democráticos atestando a premissa teórica (incerteza) segunda a qual a “*political democracy is not the only possible outcome of transitions from authoritarianism*” (Schmitter & O’Donnell, 1986). O momento de transição é aqui definido como o “*interval between one political regime and another*” (Schmitter & O’Donnell, 1986: 6) o que nos remete inevitavelmente para a *incerteza* subjacente aos processos de mudança política, e conseqüentemente para os dilemas que emanam da construção de um novo modelo institucional que se adequa à cultura

política autóctone, caso contrário *“the outcome can also be simply confusion, that is, the rotation in power of successive governments which fail to provide any enduring or predictable solution to the problem of institutionalizing political power”* (Schmitter & O’Donnell, 1986). Outrossim, a mera transição formal de regime e a persistência da apelidada “falácia eleitoralista” (Linz & Stepan, 1996; Karl, 2005) que reifica o potencial democratizador da realização regular de consultas eleitorais, confundindo-as com a “essência da democracia” (Brynen, Korany & Noble, 1995), tem conduzido, em alguns países africanos, a uma espécie de “ilusão democratizante” porquanto abundam regimes formalmente democráticos, mas que, em termos substanciais, não correspondem aos ideais da democracia política (Costa, 2011) ou “poliarquia” (Dahl, 1971).

À semelhança da prevalência de regimes formalmente democráticos mas que não o são do ponto de vista substancial, denotamos, tanto nas democracias industriais avançadas (Inglehart, 1990) como nas democracias emergentes ou dos países em desenvolvimento (Diamond, Linz & Lipset, 1988; 1995), um cenário de sub-representação política das mulheres nos “corredores do poder legislativo, executivo e judicial” (Norris, 2007), mas também como activistas no interior das organizações partidárias, sindicatos, grupos de interesse, ordens socioprofissionais e associações comunitárias.

A extensão da terceira vaga de democratização política ao contexto africano além de ter produzido a supracitada “ilusão democratizante”, contribuiu, tão-pouco, para conferir visibilidade às mulheres e às suas práticas sociopolíticas (Monteiro, 2009), porquanto não se atribuiu a devida atenção à forma como as “relações sociais de sexo” afectam os processos e as estruturas sociais, no que tange ao mundo do trabalho e do emprego, mas também o acesso à cidadania e o próprio processo de democratização (Meer, 2004).

Relativamente às dinâmicas de participação política e de ocupação do campo político, pelas mulheres nestes contextos sociopolíticos, denota-se, no entanto, que as “tradições culturais discriminatórias relegam o domínio do poder e da decisão para os homens, subordinando as mulheres principalmente ao estatuto adquirido no espaço doméstico” porquanto, em muitos países africanos, “uma estrutura complexa do direito estatutário e de costumes reforça o estatuto inferior das mulheres, que é exacerbado por uma estrutura política dominada por homens” (Monteiro, 2009: 61).

Após ter concluído uma transição pacífica e bem sucedida do monopartidarismo para a democracia multipartidária (Lima, 1992; Meyns, 2002; Évora, 2005), o arquipélago de Cabo Verde encetou, comparativamente às suas congéneres africanas (Costa, 2011), um percurso notável rumo à consolidação democrática (Bratton, 1997; Meyns, 2002), pese embora a persistência de algumas debilidades, fragilidades e disfuncionalidades típicas de um regime democrático em processo de maturação política (Baker, 2006). Contudo, se cotejarmos, numa perspectiva sistémica (Easton, 1965), as dinâmicas da participação política das mulheres em Cabo Verde, desde os primórdios da independência nacional até à abertura democrática, denotamos a persistência estrutural de um “activism gap” (Norris, 2007) entre homens e mulheres, apesar dos enormes progressos registados – tanto nas sociedades pós-industriais como das democracias emergentes –, nos estilos de vida, na educação, no mundo do trabalho, na vida familiar e na esfera pública.

A persistência do “activism gap” condiciona, com efeito, as dinâmicas de participação cívica e de comportamento político das mulheres, bem como o seu acesso às esferas de decisão. Apesar de, se ter assistido em Cabo Verde, com o advento da democratização política e a abertura ao multipartidarismo, um aumento significativo da participação política das mulheres nos órgãos do poder (Monteiro, 2009), a sua sub-representação nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário tem constituído um denominador comum.

Da (Sub) Representação Política das Mulheres

Com o processo de liberalização política e a consolidação da 3ª vaga de democratização no mundo (Norris, 2004), as agências internacionais de desenvolvimento e os doadores externos se aperceberam que a boa governação e a institucionalização de democracias estáveis não constituía apenas um luxo mas uma pré-condição para o desenvolvimento humano, e sustentáculo basilar de combate à pobreza, às desigualdades sociopolíticas (inclusive o fenómeno da sub-representação política) e aos conflitos étnicos (Sen, 1999).

Não descurando o impacto dos factores domésticos, Pippa Norris (2004) advoga que as agências internacionais adoptaram uma tripla estratégia de promoção da democracia: (i) a construção e capacitação institucional, por via do reforço de instituições judiciais independentes e da institucionalização de uma estrutura legislativa eficaz que sirva de freio e contrapeso ao poder executivo; (ii) incremento de uma sociedade civil pró-activa estimulando a emergência de associações cívicas, de organizações não-governamentais e de uma imprensa livre e independente; e (iii) a prossecução das condições necessárias para assegurar, num quadro político competitivo, a realização de eleições livres, justas e transparentes. Não obstante o contra-argumento da “falácia eleitoralista” (Linz & Stepan, 1996), a terceira estratégia – realização de eleições livres, justas e competitivas – tem merecido particular atenção porquanto confere aos cidadãos a possibilidade eleger os seus representantes e responsabilizar politicamente os governos (*accountability*).

Inúmeros estudos sobre a análise da participação e representação política das mulheres salientam que a sua sub-representação política nos órgãos electivos é influenciada, em larga medida, tanto pelas tradições culturais como pelas regras eleitorais (Norris, 2004). Pesquisas recentes sobre a engenharia eleitoral e as determinantes do comportamento político atestam que as mulheres são mais propensas a “*win office under party-ballots than under candidate-ballots*” (Norris, 2004). Soluções institucionais de discriminação positiva e mecanismos vários de acção afirmativa têm sido forjados para incrementar a participação política das mulheres e corrigir distorções na representação política, tais como o recurso a (i) lugares reservados e (ii) quotas estatutárias (em função do género) determinadas por lei e de aplicação obrigatória pelos partidos, bem como (iii) sistemas voluntários de quotas a serem implementados no interior dos partidos políticos e na constituição das respectivas listas eleitorais.

Autores na esteira de Pippa Norris advogaram que tais mecanismos de discriminação positiva tiveram um impacto determinante sobre a representação política das mulheres perscrutando em que medida as regras formais, constitucionalmente regulamentadas, se interagem com a cultura política autóctone, particularmente em contextos sociais onde o conservadorismo e as atitudes tradicionais dominantes reificam e essencializam o “papel sexual” das mulheres como esposas e mães. No entanto, apesar das soluções institucionais inventariadas pela literatura e das orientações políticas veiculadas pelas ONG’s, partidos políticos e agências internacionais (CEDAW, 1979) em prol da defesa do princípio da igualdade de oportunidades na esfera pública, a sub-representação política nos cargos electivos e nas esferas de decisão (Burrell, 2004; Conway, 2005) continua, no entanto, a ser um dos principais entraves à emancipação sociopolítica das mulheres, à afirmação e consolidação dalgumas democracias modernas. Outrossim, as práticas políticas e os arranjos institucionais até então forjados não têm sido, de todo, convergentes com o postulado pela *Plataforma para a Acção* da Declaração de Pequim das Nações Unidas segundo a qual o “empoderamento das mulheres e a sua plena participação, sob a égide da equidade, em todas as esferas da sociedade, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder, são fundamentais para se alcançar a igualdade, o desenvolvimento e a paz” (ONU, 1995).

Na verdade, existe uma relação de proporcionalidade directa entre a sub-representação política das mulheres, nos cargos de eleição (parlamentos, autarquias locais, lideranças partidárias) e de topo da hierarquia funcional das instituições (administração pública, governos, ministérios, empresas, direcções gerais etc.), e a prossecução de uma agenda de políticas públicas que articule, estimule e represente os interesses das mulheres e o seu ideário emancipatório. A ocupação estratégica do campo político pelas mulheres – seja ela meritocraticamente ou através de mecanismos de discriminação positiva ou de acção afirmativa – constituiria, assim, o primeiro estágio de articulação, intermediação, agregação e representação dos interesses (Diamond, 1994) feministas na esfera pública (Habermas, 1962, 1981). Permitiria, por outro lado, assegurar a participação activa e o engajamento das mulheres no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas (Jones, 1997; Howlett & Ramesh, 2003), entre as quais a introdução de (i) soluções institucionais de incentivo à participação política, (ii) medidas profilácticas de combate à alienação política das mulheres ou (iii) medidas correctivas às distorções na representação política.

Múltiplos são os factores explicativos (Reynolds, 1999; Kenworthy & Malami, 1999) da sub-representação política das mulheres (Siaroff, 2000), embora uma parte substancial da literatura produzida sobre o fenómeno postule o argumento de que a magnitude da representação política das mulheres é influenciada pelo grau de (i) *modernização cultural* e pela (ii) *lei eleitoral* vigente, não descurando, contudo, o impacto difuso do (iii) *modelo funil do processo de selecção dos candidatos* (Norris, 2004: 183) ao parlamento. Do ponto de vista da análise institucional, a legislação eleitoral tem a particularidade de moldar os incentivos estratégicos ao recrutamento partidário e ao alinhamento dos candidatos às eleições legislativas: de entre esses incentivos estratégicos relacionados com o sistema eleitoral destacam-se a adopção de quotas estatutárias de género e o recurso a ‘lugares’ ou ‘assentos’ reservados para as mulheres. Outrossim, do ponto de vista societário, os padrões de modernização social e cultural, nomeadamente a persistência de clivagens entre atitudes *tradicionais* versus *igualitárias* face à igualdade de género (no mundo do trabalho, na vida familiar e na esfera pública) influenciam, em parte, as atitudes sociais acerca do papel das mulheres como líderes ou sujeitos políticos.

Uma outra hipótese teórica – empiricamente menos explorada e inspirada no funil de causalidade do voto (Campbell, 1960) –, passível de aferir a estrutura de oportunidades políticas (Tarrow, 1994, 1996) e eleitorais das mulheres na vida política é o modelo funil do processo de selecção dos candidatos (Norris, 2004). Com o fito de medir a estrutura de oportunidades políticas das mulheres no processo de selecção e na composição das listas intra-partidárias às eleições parlamentares, este modelo teórico articula, de forma imbricada, o impacto da cultura política e do grau de modernização societal (Inglehart, 1997; 2005) bem como das regras institucionais (lei eleitoral) no recrutamento político (Lovenduski & Norris, 2005).

Esta grelha de análise do processo de selecção dos candidatos nos permite projectar um cenário institucional de incentivo à participação política das mulheres e susceptível de corrigir eventuais distorções na sua representação política. Assim, do ponto de vista da cultura política e dos padrões de modernização societal, advoga-se que nas sociedades onde predominam valores igualitários e políticas públicas de incentivo à equidade de género e à igualdade de oportunidades (esfera laboral, privada e pública), os padrões atitudinais e as mundividências face ao género contribuem para alargar a estrutura de oportunidades políticas das mulheres. Por outro lado, a lei eleitoral e os procedimentos institucionais potenciam a representação política das mulheres: (i) sistemas eleitorais de representação proporcional (ou mistos), (ii) quotas legais de género, (iii) “assentos”

reservados ou a adoção de (iv) quotas voluntárias de género no interior dos partidos políticos constituem algumas das soluções institucionais que estimulam a participação política das mulheres, corrigem as distorções na representação política e/ou alargam a sua estrutura de oportunidades políticas no processo de recrutamento parlamentar. Admite-se, com efeito, ancorado no institucionalismo da escolha racional (Hall, 1996), que as regras institucionais, mormente a lei eleitoral, formatam a cultura política, os comportamentos eleitorais bem como *“determine the balance of incentives operating in the selection process, for example, the use of statutory gender quotas creates sanctions regulating the outcome”* (Norris, 2004: 184).

Atenhamos, por ora, sobre os aspectos institucionais atinentes ao impacto diferenciado do sistema eleitoral sobre o comportamento, participação e representatividade política das mulheres e outros segmentos sociais em situação de sub-representação. Os estudos empíricos atestam que, tanto nas democracias consolidadas das sociedades industriais avançadas (Inglehart, 1990; Norris, 1985; Rule, 1992; Lijphart, 1994; Siaroff, 2000) como nas democracias emergentes (Matland, 1998; Reynolds, 1999; Kenworthy & Malami, 1999), as mulheres são mais propensas a serem eleitas (parlamento) em contextos onde vigoram sistemas eleitorais de representação proporcional (RP) do que em sistemas eleitorais maioritários. Uma outra variável explicativa aduzida, no quadro dos sistemas de representação proporcional – e susceptível de potenciar a representação política das mulheres – é a magnitude do círculo eleitoral (Norris, 2004): quanto maior a magnitude do círculo eleitoral maior é o seu índice de proporcionalidade e, por conseguinte, maior é a probabilidade das mulheres serem eleitas (mormente nos círculos plurinominais). Os sistemas eleitorais de representação proporcional funcionariam, segundo os teóricos institucionalistas, como autênticos predictores (barómetro) para aferir a proporção de mulheres passíveis de serem eleitas nas eleições parlamentares.

Segundo a politóloga Pippa Norris, a teoria dos incentivos estratégicos advoga que as mulheres beneficiam mais dos sistemas de representação proporcional pelas seguintes razões: (1) sob a égide dos sistemas de representação proporcional, e na vigência de círculos eleitorais plurinominais, aos partidos políticos é atribuído o incentivo eleitoral de, na composição das respectivas listas eleitorais, maximizarem os seus dividendos eleitorais e alargarem a sua estrutura de oportunidades políticas por via da (i) inclusão de candidatos que representem toda a estrutura de clivagens (Lipset & Rokkan, 1985) existente no eleitorado e do (ii) recrutamento político dos principais segmentos sociais (mulheres, homens, jovens) e profissionais (profissionais da classe média vs. operários; agricultores vs. comerciantes urbanos; católicos vs. protestantes etc.); (2) as listas partidárias de representação proporcional facilitam a introdução, no seu interior, de mecanismos de discriminação positiva que potenciem a representação política das mulheres, seja através de quotas obrigatórias de género seja por intermédio de sistemas de quotas voluntárias no processo de selecção dos candidatos (Norris, 2004).

Os círculos eleitorais plurinominais têm, segundo a autora, a vantagem comparativa de responsabilizar colectivamente os partidos políticos a acautelarem o equilíbrio social (e de género) na composição das listas eleitorais, porquanto a exclusão de determinados segmentos sociais, mormente as mulheres, representaria uma atitude discriminatória susceptível de acarretar, portanto, um risco acrescido de penalização eleitoral. Por seu turno, nos círculos uninominais o processo de selecção e recrutamento dos candidatos fica, geralmente, sob a responsabilidade das bases partidárias locais o que define, com efeito, os incentivos estratégicos, a estrutura de oportunidades e as possibilidades reais de escolha de um candidato que represente verdadeiramente o equilíbrio social, uma vez que a tendência é as bases partidárias optarem por candidatos que maximizem as

suas chances de vencer as eleições na respectiva circunscrição eleitoral. O princípio do equilíbrio social é suplantado por uma lógica de eficácia eleitoral e de maximização da estrutura de oportunidades políticas.

Para uma Melhoria da Participação e Representação Política em Cabo Verde

Uma profusão de contributos teóricos sobre as instituições e os processos políticos têm destacado um universo diferenciado de estratégias de reivindicação desencadeadas por um conjunto de organizações (agências internacionais, governos, partidos políticos e organizações da sociedade civil etc.) em prol da extensão dos direitos participativos e da magnitude da representação política das mulheres. As estratégias institucionais e as políticas públicas até então mobilizadas, por esses diversos agentes sociais, podem ser agrupadas em três categorias fundamentais: (i) as estratégias retóricas, (ii) as políticas públicas de incentivo à igualdade de oportunidades e, por fim, (iii) os mecanismos de discriminação positiva e/ou de acção afirmativa (Lovenduski & Norris, 2005).

As *estratégias retóricas* se estruturam, sobretudo, em torno dos discursos das lideranças políticas, das declarações oficiais e plataformas partidárias, e proclamam, ainda que ao nível da retórica discursiva, a necessidade de se proceder a uma profunda alteração do *ethos* partidário de forma a salvaguardar o equilíbrio social e de género na configuração das suas listas eleitorais. No âmbito das estratégias retóricas enquadram-se o discurso legitimador e o argumentário político mobilizados pelos directórios partidários a favor do primado do equilíbrio social nas listas de candidatura. Outro mecanismo adoptado para potenciar a participação e representação política são as *políticas públicas de incentivo à igualdade de oportunidades* estrategicamente direccionadas a determinados segmentos sociais (mulheres, minorias étnicas) por forma a incrementar a sua participação na vida política: entre essas políticas públicas destacam-se sessões de formação e treinamento, consultorias e conferências especializadas, assistência técnico-financeira, monitorização dos grupos-alvo etc. Por fim, e na terceira categoria das tipologias de promoção da igualdade de oportunidades na esfera política, situam-se os *mecanismos de discriminação positiva*, nomeadamente o estabelecimento de quotas obrigatórias – de 20, 30, 40 ou 50% – a serem aplicadas nos organismos internos dos partidos políticos, no alinhamento das listas eleitorais e nas fileiras do processo de recrutamento político-partidário, conforme atesta o modelo funil da selecção dos candidatos (Norris, 2004).

Em Cabo Verde as estratégias de implementação das políticas de igualdade de género, no campo político, situam-se, ainda, no domínio da retórica discursiva e sob o respaldo de um argumentário político marcadamente enfermo por lógicas patriarcais obtusas e falocentrismos estéreis (Costa, 2010). Vive-se sob o primado das estratégias retóricas, as políticas públicas de incremento da igualdade de oportunidades tem sido ineficazes e estruturalmente dependentes das fontes estatais e internacionais de financiamento, e os mecanismos de discriminação positiva – quotas (obrigatórias ou voluntárias), leis de paridade, lugares reservados etc. –, inexistentes. Contudo, as estratégias retóricas têm se relevado bastante inconsequentes porque despojadas de um exercício pedagógico de desconstrução perspectivista (Gasset, 1923) dos atavismos históricos e de exorcização do machismo inveterado que pululam o imaginário social cabo-verdiano, presidem as representações sociais (Moscovici, 1961) e enformam a construção social da realidade (Berger & Luckmann, 1966) no arquipélago. Na maioria dos casos, o propalado pelo discurso de chancelaria e nos documentos orientadores de política nem sempre redundam, na mesma proporção, em políticas públicas de acção afirmativa, em soluções institucionais e acções concretas propiciadoras de uma maior participação política das

mulheres e da representatividade paritária nos órgãos do poder legislativo, executivo e judiciário.

A transição das estratégias retóricas para a prossecução de políticas públicas de género, sejam de promoção da igualdade de oportunidades ou de acção afirmativa, afigura-se lenta e profundamente ancorada nos mecanismos de activação *top-down* por oposição às lógicas de mobilização *bottom-up* (Marques & Santos, 2004) que se submergem, no caso cabo-verdiano, em contextos de fraca participação cívica. As considerações veiculadas quer pelas lideranças políticas como pelos directórios partidários além de avulsas, obedecem a agendas eleitoralistas de arregimentação política e a estratégias de colonização do imaginário de determinados segmentos do eleitorado com a introdução de mulheres em lugares não elegíveis e apenas com o propósito de colorir as suas listas eleitorais.

As tímidas soluções institucionais desencadeadas passíveis de fomentar a participação política das mulheres têm privilegiado os mecanismos de activação política *top-down*. Outrossim, é reservada às organizações da sociedade civil uma participação mais pró-activa em temáticas relativamente marginais, redundando a sua intervenção em acções profilácticas de formação, sensibilização e assistencialismo, salvo os casos em que as determinações, superiormente prescritas pelas agências internacionais, pressupõem, como condicionalidade política (Smith, 1998), o engajamento das organizações cívicas na concepção, avaliação e implementação das políticas públicas de género.

O espectro político-ideológico cabo-verdiano é dominado por um falocentrismo estéril (Costa, 2010: 23). Persistem disparidades gritantes, situações de subalternização social e formas de discriminação negativa em função do género que se reproduzem e ganham respaldo na esfera pública, institucional e política. Vislumbra-se, em Cabo Verde, uma estrutura societária assaz falocrática e patriarcal que reproduz endogamicamente (i) as disparidades sociais e de género, e os (ii) dispositivos simbólicos de dominação masculina (Bourdieu, 1998) que determinam as estruturas de oportunidades políticas, e condicionam, por sua vez e negativamente, (iii) o acesso igualitário aos cargos de topo da hierarquia funcional das instituições (Dogan & Higley, 1998; Higley & Burton, 2006) por parte das mulheres.

Quadro 1. Resultado das Eleições Legislativas (1975-2006)

Data da Eleição	Deputadas Eleitas	Deputados Eleitos	Total
1975	1	55	56
1980	4	59	63
1985	10	73	83
1991	3	76	79
2001	8	64	72
2006	11	61	72

Fonte: Comissão Nacional de Eleições & Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (2010), *Guia do Cidadão Eleitor*, Praia: Tipografia Santos.

Dados eleitorais recentes atestam que a percentagem das mulheres eleitas nas *eleições legislativas* aumentou expressivamente, conferindo uma “maior visibilidade feminina no parlamento” (Monteiro, 2009), pese embora a manutenção da tendência de sub-representação nesse órgão legislativo, paulatinamente atenuada a cada legislatura. A tendência se mantém, numa perspectiva longitudinal, sendo o fenómeno da sub-

representação política extensivo às *eleições autárquicas* que elegem os órgãos do poder executivo (presidentes, vereadores etc.) e legislativo locais (assembleias municipais).

Quadro 2. Resultado das Eleições Autárquicas (Maio de 2008)

LUGAR NA LISTA	CÂMARA MUNICIPAL			ASSEMBLEIA MUNICIPAL			AMBOS ÓRGÃOS		
	MULHERES	HOMENS	TOTAL	MULHERES	HOMENS	TOTAL	MULHERES	HOMENS	TOTAL
1º	2	20	22	2	20	22	4	40	44
2º	4	18	22	4	18	22	8	36	44
3º	1	21	22	3	19	22	4	40	44
4º	5	17	22	3	19	22	8	32	44
5º	10	12	22	8	14	22	18	26	44
6º	2	10	12	9	13	22	11	23	34
7º	2	10	12	1	21	22	3	31	34
8º	2	1	3	5	17	22	7	18	25
9º	1	2	3	3	19	22	4	21	25
10º a 21º	-	-	-	41	107	148	41	107	148
TOTAL	29	111	140	79	267	346	108	378	486
%	20,7	79,3	100,0	22,8	77,2	100,0	22,2	77,8	100,0

Fonte: ICIEG, Quadro elaborado a partir do Edital n.º 2 - 2008 da Comissão Nacional de Eleições, publicado no B.O n.º 20 de 3 de Junho de 2008 - 1ª Serie - Suplemento.

No que tange ao poder executivo nacional, nomeadamente a composição do Governo, verifica-se um equilíbrio paritário, em função dos sexos, e uma tendência crescente, comparativamente aos outros órgãos do poder político (parlamento e autarquias locais) pese embora os mecanismos de recrutamento ministerial decorram de um processo de nomeação política, e não de eleição.

Quadro 3. Mulheres e Homens em Altos Cargos (2010)

FUNÇÕES	MULHERES	HOMENS	TOTAL	RACIO M/H
Membros do Governo	8	8	16	1,0
Magistrados Judiciais	3	4	7	0,8
Altos cargos na Função Públicas	37	69	106	0,5
Altos cargos nos Partidos Políticos	38	137	175	0,3
Altos cargos nas Associações de Comercio	1	4	5	0,3
Altos cargos nas Associações Patronais	15	57	72	0,3
Altos cargos nos Sindicatos Profissionais	3	5	8	0,6

Fonte: *Estudo Género em África - Estudo sobre o Índice de Desenvolvimento da Condição Feminina em Cabo Verde* (2010).

Quadro 4. Mulheres no Governo (1986-2011)

Mulheres no Poder Executivo (Governo)				
	Mulheres	Homens	Total	%
1986	0	20	20	0
1991	1	15	16	6
1998	5	18	23	22
2002	4	13	17	24
2004	3	18	21	14
2006	7	15	22	32
2008	8	12	20	40
2011(a)	8	12	20	40
2011(b)*	8	11	19	40

Fonte: Crispina Gomes (2011), *Mulher e Poder: o caso de Cabo Verde*, Praia: IBNL.

* Alteração no elenco governamental provocada pelo pedido de demissão do Ministro do Desenvolvimento Social e Família (Felisberto Vieira).

O espectro político-ideológico cabo-verdiano e o pensamento político binário, redutor e amputador que lhe subjaz, ainda, insiste categoricamente em subalternizar o papel dos partidos minoritários no reforço da qualidade da democracia e a representação política das mulheres como apanágio de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. As práticas políticas e os incentivos institucionais têm sido diametralmente opostos ao acima postulado, pese embora a retórica política e o discurso de chancelaria veicule, de forma assaz proclamatória e com recurso a uma verborreia paternalista e patriarcal, os nossos avanços no que tange à equidade de género, tendo como pseudo-barómetro a paritária composição do elenco governamental (Costa, 2010).

Que argumento mais enganador e sociologicamente redutor, porquanto a composição do Governo e o recrutamento ministerial decorre de um processo de nomeação política patrocinado pelo Primeiro-Ministro e eleitoralmente suportado pela estrutura político-partidária vencedora das eleições legislativas. Importa, com efeito, desconstruir o tão propalado discurso legitimador da paridade de género na esfera governamental e a sua instrumentalização pelo argumentário político dominante, porquanto se trata de uma retórica discursiva dotada de (i) um substrato patriarcal, e que encapota (ii) estratégias de colonização do imaginário social e colectivo.

Os incentivos políticos e os mecanismos institucionais de incremento da participação política das mulheres ou do seu acesso aos cargos de topo e intermédios da hierarquia funcional das instituições são praticamente inexistentes (Monteiro, 2009; Costa, 2010), mormente, nos órgãos de eleição, mas também nos órgãos de nomeação como é o caso da composição dos cargos de topo da hierarquia diplomática (Costa, 2011). O discurso politicamente correcto (em voga), geralmente defensor das causas feministas e do seu acesso igualitário ao campo político, obedece sobretudo a lógicas patriarcais obtusas e a paternalismos estéreis (Costa, 2010) que ainda pululam e colonizam o imaginário do homem cabo-verdiano, e enfermam a quotidiana “objectivação” das mulheres para fins vários (sociais, políticos, sexuais, emancipatórios etc.).

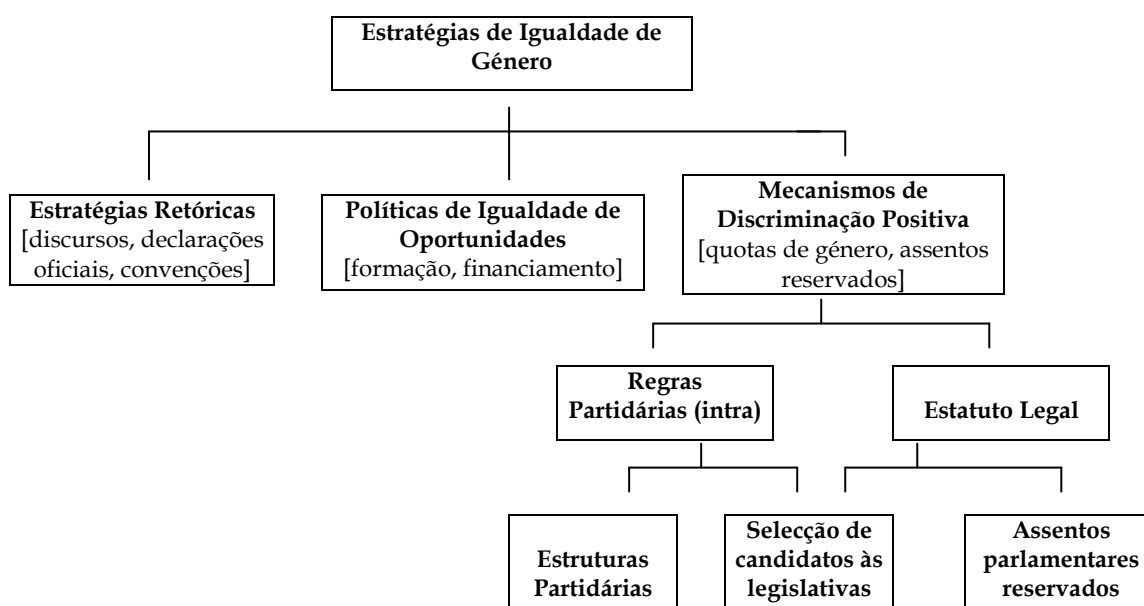
As representações patriarcais estão de tal forma presentes no discurso de chancelaria e na apoteótica proclamação pela retórica pública de que “somos o único país da nossa sub-região” com uma representação política paritária na esfera governamental. É sempre mais fácil imprimir a mudança pelo *topos* institucional e corrigir as distorções da representação nas instâncias de nomeação política como é o caso da composição dos

Governos. Mais do que garantir o acesso aos cargos de topo da hierarquia funcional das instituições políticas é imperioso mobilizar soluções institucionais susceptíveis de salvaguardar uma representação política igualitária entre os sexos (Monteiro, 2007) nos órgãos de eleição como a Assembleia Nacional e as Autarquias Locais, cujo deficit de representação política das mulheres é acentuado (Monteiro, 2009; Gomes, 2011).

Segundo a socióloga Eurídice Monteiro as “mulheres não estão ausentes dos órgãos de poder político, em Cabo Verde, mas sim invisíveis” na medida em que “elas estão sub-representadas nas listas eleitorais e tendem a ocupar posições secundárias nas mesmas, contribuindo, assim, para a sua sub-representação nos órgãos de poder político electivos” (Monteiro, 2009). Esta tendência de sub-representação política é generalizada e extensiva aos órgãos de eleição (parlamento, autarquias locais, estruturas e lideranças partidárias) e nomeação (governo, administração pública, ministérios, direcções gerais, diplomacia) o que nos remete para a necessidade de se forjar soluções institucionais e políticas públicas de incentivo à participação política, e de correcção dos desequilíbrios na magnitude da representação política.

Para se corrigir as distorções na representação política em Cabo Verde e promover uma verdadeira política de igualdade de oportunidades no campo político, importa que os partidos políticos, o poder executivo, o legislativo e as organizações da sociedade civil (nas reivindicações públicas) forjam, isolada ou combinadamente, estratégias retóricas, políticas públicas promotoras da igualdade de oportunidades e soluções institucionais de discriminação positiva.

Figura 1. Estratégias de Igualdade de Género (esfera política)



Fonte: Pippa Norris (2004), *Electoral Engineering. Voting Rules and Political Behavior*, Cambridge: Cambridge University Press.

Os proponentes desta tipologia teórica (Lovenduski & Norris, 2005) advogam que pese embora se possa adoptar estratégias retóricas ou políticas públicas de acção afirmativa, as medidas de discriminação positiva são tendencialmente mais eficazes em estruturas institucionais formais (partidos, administração pública, empresas, organizações etc...) que carecem de corrigir distorções na sua hierarquia funcional e de standardizar a sua

cultura organizacional e burocrática. Para isso, discorrem sobre a orientação, o sentido e o alcance da aplicação dos mecanismos de discriminação positiva (quotas) em alguns sistemas partidários contemporâneos, argumentando que a ideologia e a natureza da organização partidária constitui um dos factores, entre vários outros, explicativos para melhor se compreender as estratégias adoptadas por determinados segmentos sociais (mulheres, minorias étnicas, jovens) para potenciar a magnitude da sua representação política.

Do ponto de vista da ideologia partidária, sustentam os autores, (i) os partidos verdes e sociais democratas são mais propensos a acreditar que a introdução de mecanismos de discriminação positiva terá efeitos a curto prazo; e (ii) os partidos de direita e do centro não obstante estarem mais predispostos a depender das estratégias retóricas, na crença de que as mulheres devem ser motivadas a candidatarem-se e os partidos incentivados a seleccioná-las, exortam, no entanto, que o processo de recrutamento político deverá submeter-se a uma competição “justa” e aberta. Argumentam, ainda, que as principais intervenções no processo de recrutamento político ocorridas nos partidos de esquerda são tributárias do recurso a políticas de discriminação positiva de género no processo intra-partidário de selecção dos candidatos como atestam os casos dos Socialistas em França (quotas de 20%), os Trabalhistas na Grã-Bretanha (apenas para a pré-selecção), a Esquerda Socialista e Trabalhista na Noruega (40%), os Trabalhistas na Holanda (25%), e os Sociais Democratas na Alemanha (40%) (Lovenduski & Norris, 2005).

Em suma, e para o caso cabo-verdiano, uma aprendizagem relevante a ser retirada dos casos supracitados e dos constructos teóricos que lhe subjazem, é a de que a introdução de mecanismos de discriminação positiva no seio de um partido gera, por conseguinte, um efeito sistémico (Easton, 1965) de competição inter-partidária porquanto os outros partidos (e demais actores do sistema político) tenderão a forjar soluções institucionais igualmente eficazes para corresponder às demandas políticas e alargar a sua estrutura de oportunidades eleitorais.

Quotas: Porque Não? (Des) Construindo (Pré) Conceitos...

O recurso aos mecanismos de discriminação positiva (lugares reservados, quotas legais de género e sistema de quotas voluntárias pelos partidos) tem contribuído para corrigir as distorções na representação política das mulheres nos órgãos electivos, potenciando, por conseguinte, o seu índice de participação política nas estruturas partidárias e nas fileiras de recrutamento político. No entanto, os mecanismos de discriminação positiva, por oposição às estratégias retóricas e às políticas de igualdade de oportunidades, tem sido objecto de forte controvérsia (Norris, 2004) e contradições (Monteiro, 2009), por visar, através de arranjos vários na engenharia institucional, uma situação de paridade de género nos órgãos electivos.

No âmbito dos arranjos na lei eleitoral e na engenharia institucional, alguns países têm estipulado um determinado número de *lugares* ou *assentos reservados* às mulheres – ou a candidatos pertencentes a minorias étnicas – com o propósito de corrigir desequilíbrios no sistema de representação política. Os principais críticos advogam que esta solução institucional constitui uma forma de acantonar os interesses emancipatórios feministas porque o facto de se reservar lugares nos órgãos de eleição (às mulheres) não significa, necessariamente, que lhes sejam atribuídas poderes decisórios ou de responsabilização política substantivos. Ademais, a maioria dos países em desenvolvimento (Africanos, e do sul da Ásia, nos quais predomina a cultura islâmica) que adoptaram tal mecanismo são Estados frágeis, falhados ou ‘colapsados’ (Herbst, 1996; Clapham, 2000), detentores

de sistemas políticos débeis e neo-patrimoniais (Bratton, 1994), com liberdades civis e direitos democráticos assaz limitados, e excessiva concentração de poder no executivo (Norris, 2004), o que acentua as tendências de marginalização e subalternização política das mulheres.

As *quotas*, obrigatórias ou voluntárias, são um instrumento de discriminação positiva introduzido nos sistemas políticos e partidários contemporâneos e que visa, sobretudo, salvaguardar “*that women must constitute a minimal proportion of parliamentary candidates or elected representatives within each party*” (Norris, 2004): podem ser *obrigatórias* quando a lei eleitoral estabelece um critério de obrigatoriedade aplicável aos partidos políticos, na sua generalidade, ou *voluntárias*, em contextos nos quais os partidos estipulam, por intermédio de regulamentos e convenções internas, um número mínimo ou máximo de mulheres para as suas listas eleitorais, estruturas partidárias e fileiras de recrutamento parlamentar.

As discussões políticas em Cabo Verde em torno da introdução das quotas e de uma lei da paridade como solução intermédia de incentivo à participação política das mulheres têm sido dominadas por uma tonalidade jocosa, arrogante, paternalista e falocêntrica. Mas por manifesto desconhecimento dos opositores porquanto à introdução das quotas subjaz 3 princípios teóricos essenciais (compensação histórica, discriminação positiva e transitoriedade), cujo exercício pedagógico importa coligir:

- (i) *Compensação histórica* porque as quotas ou uma lei da paridade visam corrigir desequilíbrios estruturais e distorções na representação política das mulheres nos órgãos electivos;
- (ii) *Discriminação positiva* para com segmentos sociais em situação de desvantagem ou descompensação material; e...
- (iii) *Transitoriedade*, porquanto as quotas afiguram-se como medidas institucionais transitórias, temporalmente estabelecidas, com o propósito, apenas, de inverter desequilíbrios sócio-historicamente enraizados quer nas dinâmicas de participação política como na magnitude da representação. Denote-se, no entanto, que em termos analíticos e à luz dos fundamentos teóricos supracitados, as quotas podem ser, igualmente, introduzidas a favor dos homens, caso estes estejam em situação de sub-representação política ou subalternização social: “*quotas can be specified for women and men, or for other revelant selection criteria, such as ethnicity, language, social sector, or religion*” (Norris, 2004).

Tal exercício pedagógico permitiria exorcizar as mentes machistas cabo-verdianas e um falocentrismo estéril (Costa, 2010) que ainda pulula o imaginário, as representações e a construção social da realidade (re) produzida pelo “povo das ilhas”. Permanece, ainda, entre os homens, um “culto fálico freudiano” que insiste categoricamente em veicular o pseudo e inócuo contra-argumento da meritocracia, quando a performance académica e os índices de emancipação socioprofissional das mulheres são sobejamente evidentes e destronam a atamancada hegemonia masculina, ela sim edificada sob um respaldo falocêntrico e patriarcal, e potenciada pela persistência do *glass ceiling* (‘tecto de vidro’) nas esferas social, política e económica. Esta constatação tem que ver com o facto de os homens, por vezes, recorrem a desculpas socioculturais desactualizadas para excluïrem as mulheres de posições políticas e de decisão, tendo como finalidade mantê-las num estatuto de menoridade e subordinação (Amaral, 2003: 155).

A “cultura machista” e o “culto fálico freudiano” imperante têm o seu reflexo sobre as práticas sociais, o figurino institucional e as opções estruturantes do sistema político,

uma vez que persistem práticas pouco abonatórias da promoção de uma representação igualitária em função do género e da condição social minoritária. Urge emprendermos um exercício de autocritica e de desconstrução dos discursos e das lógicas patriarcais e paternalistas que 'coisificam' as mulheres, obstaculizam o seu acesso ao campo político e a sua emancipação na esfera socioeconómica. Do nosso ponto de vista, o reforço da qualidade da democracia cabo-verdiana dar-se-á por via da introdução de soluções institucionais que reforcem os incentivos à participação política, que desconstruam o discurso legitimador que diaboliza, à partida, as quotas e os mecanismos de paridade, mas essencializa e reifica, por outro lado, a meritocracia como se se tratasse de uma prerrogativa exclusivamente masculina (Costa, 2010).

A sub-representação política das mulheres nas esferas do poder legislativo e executivo nacional (e local) deve-se, segundo Roselma Évora, (i) às regras do sistema eleitoral e partidário, porque "o facto de as escolhas partidárias para as disputas eleitorais serem feitas mediante listas fechadas e bloqueadas confere aos órgãos directivos dos partidos políticos, um amplo poder na composição das listas e na posição que se vai ocupar na lista" (Évora, 2011), e (ii) a razões históricas e socioculturais tributárias da formação da sociedade cabo-verdiana, mormente o peso da herança colonial e a persistência das lógicas patriarcais que remetem e limitam o papel e a importância da mulher quase que exclusivamente à esfera privada.

Além do impacto da lei eleitoral nas dinâmicas de participação e representação política cujas explicações teóricas e implicações empíricas enunciamos anteriormente, importa, para o caso cabo-verdiano, perscrutar o sentido e alcance dos padrões de modernização cultural e societal sobre (i) o comportamento eleitoral, (ii) a deriva das clivagens entre atitudes tradicionais vs. igualitárias face à igualdade de género e (iii) a percepção social das quotas como mecanismo institucional de discriminação positiva. Pese embora haja uma correlação directa entre as regras institucionais e a formatação da cultura política, porquanto as regras influenciam os comportamentos, a literatura especializada advoga que os factores institucionais, na sua articulação com os factores culturais, produzem variações e resultados distintos consubstanciando, assim, a ideia de que "o contexto faz a diferença" (Nohlen, 2007).

No entanto, reputamos de enorme relevância e impacto, a introdução de mecanismos de discriminação positiva e incentivos institucionais que potenciem o alargamento da estrutura de oportunidades políticas das mulheres no arquipélago por via de alterações na engenharia eleitoral. Tais incentivos institucionais poderiam ser introduzidos, numa primeira fase, (i) no seio das estruturas partidárias, das suas listas eleitorais e fileiras de recrutamento político, e, numa segunda fase, (ii) nas eleições autárquicas, que elegem os órgãos do poder executivo (presidentes, vereadores) e legislativo locais (assembleias municipais). Com isso, os partidos políticos, ao adoptar um sistema de quotas internas, salvaguardariam o princípio do equilíbrio social e de género nas suas estruturas hierárquicas e na composição das listas eleitorais, e promover-se-ia, por conseguinte, uma maior participação política das mulheres no processo de formulação, avaliação e implementação das políticas públicas, ainda que ao nível do executivo local.

A extensão e universalização de tais soluções institucionais (lugares reservados, quotas legais de género ou sistema de quotas voluntárias) ao nível das eleições para os órgãos do poder legislativo e executivo nacional (eleições legislativas), afigurar-se-ia como um processo mais complexo e hercúleo, atendendo às fortes clivagens sociais de género, à persistência das lógicas patriarcais e falocráticas que enfermam as representações, as percepções, as atitudes sociais e a construção social da realidade sobre o "papel social e sexual" das mulheres, como mães e esposas, e não como sujeitos políticos. Outrossim, e

ancorado nas teorias da modernização societal e cultural (Inglehart, 1990; 2005), ainda persistem no arquipélago, valores tradicionalistas e assaz conservadores (associados à maternidade, ao casamento, à religiosidade e à domesticidade etc.) face ao género que obstaculizam a trajectória emancipatória das mulheres e o seu acesso igualitário ao campo político. Autores na senda de Inglehart (1979) advogam que o activismo político no feminino é menos intenso nos países Católicos do que nas nações Protestantes, um pouco ancorado na persistência histórica de um ideário mais hierárquico e autoritário no seio da Igreja Católica, o que remete para a importância da variável “religião” na adopção de determinadas atitudes sociais.

Os obstáculos à participação política e as distorções no campo da representação política em Cabo Verde prendem-se, por um lado, com a inexistência de soluções institucionais de incentivo à ocupação do campo político pelas mulheres mas, sobretudo, com o peso das tradições culturais que condiciona, por seu turno, a aceitação/aplicação de arranjos nas regras institucionais (nos sistemas eleitoral e partidário etc.), apesar dos progressos registados nos domínios da educação, da emancipação socioprofissional e participação das mulheres na esfera pública. Os valores patriarcais dominantes e as obtusas lógicas falocráticas não condicionam, apenas, a introdução dos mecanismos de discriminação positiva como também os posicionamentos públicos, a favor da paridade de género, veiculados quer no âmbito das estratégias retóricas como das políticas públicas de incentivo à igualdade de oportunidades, porquanto rareiam declarações públicas das lideranças político-partidárias quanto à urgência de se proceder reformas profundas no sistema de representação política e nas estratégias de recrutamento partidário.

À luz das propostas teóricas e metodológicas forjadas em ciência política no âmbito do estudo prosopográfico das elites (Moyser, 1987; Hertz & Imber, 1995; Hoffmann-Lange, 2007), notamos que mau grado as mulheres ocupem posições de relevância nos cargos intermédios da hierarquia funcional das instituições, a sua sub-representação política nos cargos de topo e de eleição é notória, e sintomática da inexistência de soluções institucionais susceptíveis de corrigir as acentuadas distorções nos mecanismos de representação política. Outrossim, são necessárias alterações profundas na produção legislativa, na esfera partidária e no sistema de financiamento partidário, com o intuito de fornecer recursos e subvenções aos partidos com maior proporção de mulheres na composição das suas listas eleitorais. Revela-se ainda necessário combater as lógicas de instrumentalização política das mulheres através da sua introdução em lugares não elegíveis com o único fito de colorir as listas eleitorais, subalternizando, assim, o seu valor enquanto actor político.

Referências Bibliográficas

ALMOND, Gabriel & **VERBA**, Sidney (1963), *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Princeton: Princeton University Press.

AMARAL, Ilídio (2003), “Presença da Mulher Africana ao Sul do Sahara na Cultura e na Ciência: Questões de Género”, in *Africana Studia*, nr. 6, pp. 153-171.

BAKER, Bruce (2006), “Cape Verde: the Most Democratic Nation in Africa?”, in *Journal of Modern African Studies*, Vol. 44 (4), pp. 493-511.

BEITZ, Charles (1989), *Political Equality: an Essay in Democratic Theory*, Princeton: Princeton University Press.

BERGER, Peter L. & **LUCKMANN**, Thomas [1966] (1999), *A Construção Social da Realidade*, Lisboa: Dinalivro.

BOURDIEU, Pierre (1998), *La Domination Masculine*, Paris: Seuil.

- BRATTON**, Michael & **WALLE**, Nicolas van de (1994), "Neopatrimonial Regimes and Political Transitions in Africa", *World Politics*, 46.
- BRATTON**, Michael & **WALLE**, Nicolas van de (1997), *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective*, Cambridge: Cambridge University Press.
- BURELL**, Barbara (2004), *Women and Political Participation: A Reference Handbook*, California: ABC Clio.
- CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES - CEDAW** (2010), *Cabo Verde e a CEDAW – Relatório*, Praia: CEDAW & ICIEG.
- CONWAY**, Margaret (2005), *Women and Political Participation: Cultural Change in Political Arena*, 2nd Edition, London: CQ Press.
- COSTA**, Suzano (2010), "Do Falocentrismo Estéril: Mulheres e Participação Política em Cabo Verde", in *Jornal A Semana*, p. 23.
- COSTA**, Suzano (2011), "Transições Políticas e Democratização em África: Cabo Verde e a Guiné-Bissau em Perspectiva Comparada", in *Revista Portuguesa de Ciência Política*, Lisboa: Observatório Político.
- DAHL**, Robert (1971), *Poliarchy: Participation and Opposition*, New Haven: Yale University Press.
- DALTON**, Russell (1998), "Comparative Politics: Micro-Behavioral Perspectives", in Robert E. Goodin & Hans-Dieter Klingemann (Ed.), *A New Handbook of Political Science*, Oxford: Oxford University Press.
- DIAMOND**, Larry, **LINZ**, Juan J. & **LIPSET**, Seymour M. (1995), *Politics in Developing Countries: Comparing Experiences with Democracy*, Boulder: Lynne Rienner.
- DIAMOND**, Larry, **LINZ**, Juan J. & **LIPSET**, Seymour M. (1988), *Democracy in developing countries : Persistence, failure and reveral*, Colorado: Lynne Rienner.
- DIAMOND**, Larry, & **PLATTNER**, Marc (Ed.) (1999), *Democratization in Africa*, Baltimore: The John Hopkins University Press.
- DIAMOND**, Larry, & **PLATTNER**, Marc (Ed.) (1996), *The Global Resurgence of Democracy*, Baltimore: The John Hopkins University Press.
- DOGGAN**, Mattei & **HIGLEY**, John (1998), *Elites, Crises and the Origins of Regimes*, Lanham MD: Rowman & Littlefield Publishers.
- EASTON**, David (1965), *A System Analysis of Political Life*, New York: Wiley.
- ETZIONI-HALEVY**, Eva (Dir.) (1997), *Classes and Elites in Democracy and Democratization. A Collection of Readings*, New York & London: Garland Publishing.
- EVANS**, Geoffrey & **NORRIS**, Pippa (1999), *Critical Elections: British Parties and Voters in Long-Term Perspective*, London: Sage.
- ÉVORA**, Roselma (2005), *Cabo Verde. A Abertura Política e a Transição para a Democracia*, Praia: Spleen Edições.
- ÉVORA**, Roselma (2011), "Um País de Mulheres Governado por Homens: Democracia e Processo Decisório em Cabo Verde", Comunicação apresentada na Conferência *As Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas*, Praia: Universidade de Cabo Verde.
- GOMES**, Crispina (2011), *Mulher e Poder: o caso de Cabo Verde*, Praia: IBNL.
- GRUGEL**, Jean (2002), *Democratization: a Critical Introduction*, London: Palgrave Macmillan.
- HIGLEY**, John (1995), "Elite Consolidation/ Elite Theory/ Elites, Political", in Seymour Martin Lipset (Dir), *The Encyclopedia of Democracy*, II Londres, Routledge, pp. 422-430.
- HIGLEY**, John & **GUNTHER**, Richard, (Dir), (1992), *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*, Cambridge: CUP.
- HIGLEY**, John & **BURTON**, M., (1989), "The Elite Variable in Democratic Transitions and Breakdowns", *American Sociological Review*, 54, pp. 17-32.

- HILL**, Christopher (2003), *The Changing Politics of Foreign Policy*, London: Palgrave Macmillan.
- HOWLETT**, Michael & **RAMESH**, M., (2003), *Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems*, Oxford: Oxford University Press.
- HUNTINGTON**, Samuel P. (1991), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Norman and London: University of Oklahoma Press.
- IHONVERE**, Julius & **MTSANGI**, John Mukum (2003), *Political Liberalization and Democratization in Africa: Lessons from Country Experiences*, Westport: Praeger Publishers.
- INGLEHART**, Ronald (1990), *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- INGLEHART**, Ronald (2005), *Modernization, Cultural Change and Democracy: the Human Development Sequence*, New York: Cambridge University Press.
- JONES**, Charles O., (1997), *An Introduction to the Study of Public Policy*, 3ª Edição, California: Brooks/Cole Publishing Company.
- KENWORTHY**, Lane & **MALAMI**, Melissa (1999), "Gender Inequality in Political Representation: A Worldwide Comparative Analysis", in *Social Forces*, 78 (1), pp. 235-269.
- LIJPHART**, Arend (1998), *Patterns of Democracy*, New Haven and London: Yale University Press.
- LIMA**, Aristides (1992), *Reforma Política em Cabo Verde. Do Paternalismo à Modernização do Estado*, Praia: Edição do Autor.
- LINZ**, Juan J. & **STEPAN**, Alfred (1996), *Problems of Democratic Transition and Consolidation*, Baltimore and London: John Hopkins University Press.
- LIPSET**, Seymour M. (1960), *Political Man: The Social Basis of Politics*, New York: Anchor Books.
- LIPSET**, Seymour M. (1959), "Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy", in *American Political Science Review*, 53: 69-104.
- MACUANE**, José Jaime (2000), "Liberalização Política e Democratização na África: uma Análise Qualitativa", in *Revista Dados*, Vol. 43, n.º 4, Rio de Janeiro.
- MAGALHÃES**, Pedro (2008), "Democracia e Democratização", [Em linha] Acessível em www.culturgest.pt.
- MALTEZ**, José Adelino (1996), *Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política*, Lisboa: ISCSP-UTL.
- MARQUES**, Margarida & **SANTOS**, Rui (2004), "Top-Down and Bottom-Up Reconsidered: The Dynamics of Immigrant Participation in Local Civil Society", in Rinux Penninx, Karen Kraal, Marco Martiniello & Steven Vertovec (Ed.), *Citizenship in European Cities: Immigrants, Local Politics, and Integration Policies*, London: Ashgate Publishing, pp. 107-126.
- MATLAND**, Richard (1998), "Women's Representation in National Legislatures: Developed and Developing Countries", in *Legislative Studies Quarterly*, 23 (1), pp. 109-125.
- MEER**, Shamim (2004), "Que Trabalhadores, que Mulheres, que Interesses? Raça, Classe e Género na África do Sul do Pós-Apartheid", in Boaventura Sousa Santos (Org.), *Reconhecer para Libertar: os Caminhos do Cosmopolitismo Cultural*, Porto: Afrontamento, pp. 225-257.
- MEYNS**, Peter (2002), "Cape Verde: An African Exception", in *Journal of Democracy*, Volume 13, Number 3, July 2002, pp. 153-165.
- MONTEIRO**, Eurídice (2009), *Mulheres, Democracia e Desafios Pós-Coloniais: uma Análise da Participação Política das Mulheres em Cabo Verde*, Praia: Edições UNICV.
- MOSCOVICI**, Serge (1961), *La Psychanalyse, son Image, son Public*, Paris: University Presses of France.
- NORRIS**, Pippa (1985), "Women in European Legislative Elites", in *West European Politics*, 8 (4), pp. 90-101.

- NORRIS**, Pippa & **LOVENDUSKI**, Joni (1995), *Political Recruitment: Gender, Race and Class in British Parliament*, Cambridge: Cambridge University Press.
- NORRIS**, Pippa (2002), *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*, Cambridge: Cambridge University Press.
- NORRIS**, Pippa (2004), *Electoral Engineering. Voting Rules and Political Behavior*, Cambridge: Cambridge University Press.
- NORRIS**, Pippa (2007), "New Challenges to the Study of Political Engagement", in Russell Dalton & Hans-Dieter Klingemann (Ed.), *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford: Oxford University Press, pp. 724-743.
- O'DONNELL**, Guillermo (2004), *The Quality of Democracy: Theory and Application*, Indiana: University of Notre Dame Press.
- PRIDHAM**, Geoffrey (2000), *The Dynamics of Democratization. A Comparative Approach*, London: Continuum.
- PRZEWORSKI**, Adam (2000), *Democracy and Development. Political Institutions and Well-Being in the World (1950-1990)*, Cambridge: Cambridge University Press.
- PUTNAN**, Robert (1976), *The Comparative Study of Political Elites*, Englewood Cliffs., NJ, Prentice Hall.
- PUTNAN**, Robert (1993), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton: Princeton University Press.
- RENNÓ**, Lúcio (2003), "Estruturas de Oportunidade Política e Engajamento em Organizações da Sociedade Civil: um Estudo Comparado sobre a América Latina", *Revista de Sociologia Política*, Número 21, pp. 71-83.
- REYNOLDS**, Andrew (1999), *Electoral Systems and Democratization in Southern Africa*, Oxford: Oxford University Press.
- SCHMITTER**, Philippe C. & **O'DONNELL**, Guillermo (1986), *Transitions From Authoritarian Rule: Tentative Conclusions About Uncertain Democracies*, Baltimore and London: The John Hopkins University Press.
- SIAROFF**, Alan (2000), "Women's Representation in Legislatures and Cabinets in Industrial Democracies", in *International Political Science Review*, 21 (2), pp. 197-215.
- SILVEIRA**, Onésimo (2005), *A Democracia em Cabo Verde*, Lisboa: Edições Colibri.
- SMITH**, Karen (1998), "The Use of Political Conditionality in the EU's Relations with Third Countries: How Effective?", in *European Foreign Affairs Review*, Vol. 3, N.º 2, (Summer, 1998), pp. 253-274.
- TARROW**, Sidney (1994), *Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Politics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- VERBA**, Sidney (Ed.) (1978), *Participation and Political Equality: A Seven-Nation Comparison*, Chicago: The University of Chicago Press.
- WHITEHEAD**, Laurence (Ed.) (2001), *The International Dimension of Democratization*, Oxford: Oxford University Press.
- WHITEHEAD**, Laurence (2002), *Democratization. Theory and Experience*, Oxford: Oxford University Press.